

Constitui objeto deste Termo de Apostilamento a inclusão das seguintes dotações orçamentárias:

02.03.02.12.361.0004-2.0032.3.3.90.30 – Material de consumo - Ficha 126 - 02.0546.0000-0000-Material de consumo- Transferência do FUNDEB- Educação em Tempo Integral-ETI

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial que não foram modificadas de modo expresse por esse instrumento.

Tupaciguara/MG, 13 de abril de 2026.

BRUNO RODRIGUES MACHADO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:

Tiago Gonçalves Gomes

Código Identificador:0BB77239

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 56/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. 18.260.489/0001-04, com Centro Administrativo, situado na Praça Antônio Alves de Faria, s/nº, bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, CEP 38.480/000, representado pela Sr. **Bruno Rodrigues Machado**, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador da cédula de identidade nº. MG - 10.625.855 SSP/MG, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº. 032.392.606-11, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida Antônio Hélio de Castro nº. 226, bairro São Cristóvão, CEP 38.480/000, conforme decreto nº. 006/2023, resolve alterar, mediante o presente Termo de Apostilamento, o Contrato Administrativo nº. 56/2025 celebrado com a empresa **AUGUSTO DE FREITAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no cadastro de pessoas jurídicas sob o nº. 34.026.791/0002-21, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto deste Termo de Apostilamento a inclusão das seguintes dotações orçamentárias:

02.03.02.12.361.0004-2.0032.3.3.90.30 – Material de consumo - Ficha 126 - 02.0546.0000-0000-Material de consumo- Transferência do FUNDEB- Educação em Tempo Integral-ETI

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial que não foram modificadas de modo expresse por esse instrumento.

Tupaciguara/MG, 13 de abril de 2026.

BRUNO RODRIGUES MACHADO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:

Tiago Gonçalves Gomes

Código Identificador:9C157D0B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ATA DE REGISTRO EXTERNO Nº 004/2026

Tendo por base o resultado na ata de registro externa nº. 004/2026, objetivando a aquisição de veículos da linha leve, afim de atender as necessidades dos entes consorciados ao CIMINAS, para atender as necessidades do município de Tupaciguara/MG, conforme condições e exigências estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência, no Processo de Adesão Externa nº. 004/2026, bem como no edital e seus anexos do Processo Licitatório Nº. 038/2025, Modalidade Pregão Eletrônico Nº. 017/2025 Do Consórcio

Interfederativo Minas Gerais – CIMINAS, com valor total de R\$ 204.800,00 (duzentos e quatro mil e oitocentos reais), o qual foi conduzido de acordo com a Lei nº. 14.133/21 determino a **HOMOLOGAÇÃO** do item conforme Mapa de Apuração para a empresa **AUTOMAX COMERCIAL LTDA.**, inscrita no cadastro de pessoas jurídicas nº. 20.994.976/0004-87.

Tupaciguara/MG, 13 de Abril de 2026.

BRUNO RODRIGUES MACHADO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Publicado por:

Tiago Gonçalves Gomes

Código Identificador:C2B8A6DE

ESTADO DE MINAS GERAIS PREFEITURA DE UBAÍ

SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2025, ADESÃO A ATA PRP 017/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 077/2025

A PREF. MUNICIPAL DE UBAÍ-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, Extrato do contrato nº 059/2025, Adesão a PRP 017/2025, Processo licitatório 077/2025, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, INCLUSIVE ADAPTADOS,ZERO KM, PRIMEIRO EMPLACAMENTO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CODANORTE, NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021.** Contratada: Mabele Veículos Especiais Ltda Valor global R\$ 320.072,52 Vigência 24/12/2025 a 24/12/2026.

FREDERICO FREIRE LIMA,

Agente de Contratação

Publicado por:

Julio Cesar Alves Botelho

Código Identificador:4EA80E2B

ESTADO DE MINAS GERAIS PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO RP Nº 19/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2026

MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS - PREGÃO ELETRONICO RP Nº 19/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2026 – MENOR PREÇO POR ITEM. O Município de União de Minas-MG, através da Pregoeira Oficial, vem tornar público a abertura do certame para **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PLACAS DE ADVERTÊNCIA, PLACAS DE INDICAÇÃO DE DESTINOS, PLACAS INFORMATIVAS INSTITUCIONAIS, PLACAS DE AVISO E PROIBIÇÃO, PLACAS DE INAUGURAÇÃO DE OBRAS, BEM COMO DISPOSITIVOS E EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA, TAIS COMO CONES, CAVALETES, FITAS DE ISOLAMENTO (FITA ZEBRADA), BALIZADORES, TACHÕES, BARREIRAS PLÁSTICAS, GRADIS E DEMAIS ITENS CORRELATOS, DESTINADOS À SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS E RURAIS, ESTRADAS VICINAIS, ÁREAS PÚBLICAS, ATERROS, ÁREAS AMBIENTAIS, PRÉDIOS PÚBLICOS, OBRAS MUNICIPAIS, EVENTOS E AÇÕES DE MANUTENÇÃO URBANA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS ESTIMADOS. INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO: 14/04/2026 DAS 08:00 HRS. LIMITE DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 29/04/2026 AS 07:59 HRS. ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: 29/04/2026 AS 08:00 HRS (OITO HORAS).**

Informações: Av. Cinco, nº 1.137, Centro, CEP 38288-000, União de Minas/MG, Tel.: (0**34) 3456-1900 Ramal 1904. União de Minas/MG, 13 de ABRIL de 2026.

REGINA MARIA SOARES FERREIRA –

Pregoeira/Agente de Contratação.

Publicado por:

Dinovan Queiroz de Almeida

Código Identificador:11F044B0

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO DE PROCESSO
LICITATÓRIO / INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO
PÚBLICO

TERMO DE CANCELAMENTO DE PROCESSO
LICITATÓRIO / INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO
PÚBLICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2026
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026
TERMO DE FOMENTO Nº 01/2026
CONTRATO Nº 014/2026

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS/MG, por meio de seu Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO:

- O disposto na Lei nº 14.133/2021, que assegura à Administração Pública o poder-dever de autotutela, permitindo a revisão e o cancelamento de seus atos por razões de interesse público devidamente justificadas;
- Os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público, que regem a Administração Pública;
- O Decreto Municipal nº 5912/2026, que institui o Plano de Contingenciamento e Gestão de Consumo, com a finalidade de promover a redução de despesas e o controle rigoroso dos gastos públicos;
- Que, após reavaliação administrativa e financeira, constatou-se a necessidade de contenção de despesas, especialmente quanto ao repasse previsto no valor de R\$ 549.642,50 (quinhentos e quarenta e nove mil seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos);
- Que a manutenção do objeto contratual, vinculado à realização da 17ª EXPOUNI de União de Minas, com recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, não se mostra compatível com o atual cenário de ajuste fiscal e priorização de despesas essenciais;
- Que a Administração Pública deve zelar pela adequada aplicação dos recursos públicos, podendo rever seus atos a qualquer tempo, desde que devidamente motivado;

RESOLVE:

Art. 1º Fica CANCELADO o Processo Licitatório nº 029/2026, referente à Inexigibilidade de Chamamento Público nº 04/2026, bem como o Termo de Fomento nº 01/2026 e o Contrato nº 014/2026, em razão de interesse público superveniente, devidamente fundamentado na necessidade de contenção de despesas.

Art. 2º O cancelamento decorre da aplicação das diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal nº 5912/2026, que instituiu o Plano de Contingenciamento, visando à redução de gastos públicos e à priorização de despesas essenciais.

Art. 3º Determina-se a adoção das medidas administrativas necessárias para:

- Comunicação formal à parte envolvida;
- Registro do cancelamento nos sistemas competentes;
- Arquivamento do processo, com as devidas anotações.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

União de Minas/MG, 08 de abril de 2026.

GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Dinovan Queiroz de Almeida

Código Identificador:661808C8

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE DISTRATO - CONTRATO Nº 011/2026 -
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2026 - INEXIGIBILIDADE
DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

TERMO DE DISTRATO / RESCISÃO AMIGÁVEL DE
CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº 011/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2026
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026

DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Ordenador de Despesas;

DISTRATADA: BUTECO DOS SINCO LTDA, inscrita no CNPJ: 52.493.086/0001-35, com sede na cidade de BIRIGUI Estado de SÃO PAULO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a RESCISÃO AMIGÁVEL (DISTRATO) do **Contrato nº 011/2026**, que tinha como finalidade a realização de apresentação artística (show) durante a 17ª EXPOUNI de União de Minas, com recursos do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente distrato fundamenta-se:

- Na Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de extinção dos contratos administrativos por acordo entre as partes e por razões de interesse público superveniente;
- Nos princípios da supremacia do interesse público, economicidade e eficiência;
- No Decreto Municipal nº 5912/2026, que instituiu o Plano de Contingenciamento e Gestão de Consumo, determinando a redução de despesas públicas no âmbito municipal;
- No poder-dever da Administração de rever seus atos, diante de fatos supervenientes devidamente motivados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MOTIVAÇÃO

A presente rescisão decorre de interesse público superveniente, consubstanciada na necessidade de contenção de despesas públicas, após reavaliação administrativa e financeira realizada pelo Município em conjunto com seus Secretários.

Dessa forma, foi deliberado o cancelamento da 17ª EXPOUNI de União de Minas, considerando o impacto financeiro do repasse no valor de R\$ 549.642,50 (quinhentos e quarenta e nove mil seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), incompatível com as diretrizes de ajuste fiscal estabelecidas.

CLÁUSULA QUARTA – DA NATUREZA DA RESCISÃO

A rescisão ora formalizada ocorre de forma AMIGÁVEL, por acordo entre as partes, não configurando inadimplemento contratual, nem ensejando aplicação de penalidades, desde que inexistam obrigações pendentes.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO E DOS VALORES

I – Declaram as partes que:

- () Não houve execução do objeto contratual, inexistindo valores a serem pagos;
- () Houve execução parcial, devendo ser apurada eventual compensação administrativa.

II – Não havendo execução ou pagamento, as partes dão-se por plenamente quitadas, nada tendo a reclamar, a qualquer título.

III – Na hipótese de pagamento antecipado, deverá a contratada proceder à restituição integral dos valores, no prazo a ser fixado pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

O presente termo será publicado nos meios oficiais, para fins de eficácia e transparência, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da comarca competente para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste instrumento.

União de Minas/MG, 08 de abril de 2026.

GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Dinovan Queiroz de Almeida

Código Identificador:69F67E38

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

LEI Nº 1069, DE 13 DE ABRIL DE 2026 INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE PROFISSIONALIZAÇÃO E INSERÇÃO DE JOVENS; AUTORIZA PARCERIA COM O INSTITUTO JOVEM CIDADÃO, CNPJ Nº 03.284.717/0001-09, OU SUA FILIAL A SER CONSTITUÍDA NO MUNICÍPIO

LEI Nº 1069, DE 13 DE ABRIL DE 2026

Institui o Programa Municipal de Profissionalização e Inserção de Jovens; autoriza parceria com o Instituto Jovem Cidadão, CNPJ nº 03.284.717/0001-09, ou sua filial a ser constituída no Município; reconhece sua Utilidade Pública Municipal; institui o Dia Municipal da Guarda Mirim; autoriza a contratação de jovens aprendizes, estagiários e jovens trabalhadores; concede isenção da totalidade dos tributos de competência municipal às entidades do Terceiro Setor que atenderem os requisitos desta Lei e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E OBJETIVOS

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Profissionalização e Inserção de Jovens, no âmbito do Município de União de Minas/MG, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral de adolescentes e jovens, preparando-os para o mercado de trabalho e para o exercício pleno da cidadania.

Art. 2º O Programa Municipal de Profissionalização e Inserção de Jovens terá como objetivos:

I – Fomentar a profissionalização, capacitação e qualificação de adolescentes e jovens para o ingresso no mercado de trabalho;

II – Desenvolver habilidades técnicas e comportamentais, estimulando o empreendedorismo e a inovação;

III – Promover a inclusão social e a redução da vulnerabilidade de adolescentes e jovens, por meio de atividades educativas, culturais, esportivas e de lazer;

IV – Contribuir para a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos, aptos a enfrentar os desafios da vida adulta e profissional;

V – Estimular a parceria entre o Poder Público Municipal, a sociedade civil organizada e o setor privado para a consecução dos objetivos do Programa.

Capítulo II – Da Parceria com o Instituto Jovem Cidadão

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio de parceria, em caráter exclusivo, com o Instituto Jovem Cidadão, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 03.284.717/0001-09, com sede na Av. 09, n. 525 – Centro, União de Minas/MG, entidade de referência nacional na promoção da aprendizagem profissional e do desenvolvimento

integral de adolescentes e jovens, para a execução do Programa de que trata esta Lei no âmbito do Município de União de Minas/MG.

§ 1º A exclusividade prevista no caput justifica-se pela especialização, pelo histórico comprovado de atuação e pela metodologia própria do Instituto Jovem Cidadão no campo da profissionalização juvenil, nos termos do art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993, e do art. 75, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada, neste caso específico, a celebração de parceria com entidade diversa para os mesmos fins previstos nesta Lei.

§ 2º Fica expressamente autorizada a constituição de filial do Instituto Jovem Cidadão no Município de União de Minas/MG, facultando-se ao Poder Executivo Municipal prestar o apoio administrativo, logístico e operacional necessário para a abertura e regularização da referida filial perante os órgãos competentes, sem ônus para a entidade.

§ 3º A parceria poderá ser formalizada tanto com a matriz quanto com a filial constituída no Município, a critério das partes, desde que seja mantida a unidade metodológica e institucional do Instituto Jovem Cidadão.

Art. 4º A parceria de que trata este Capítulo será regida pelas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990), do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014), da Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e demais normativos federais aplicáveis.

Art. 5º A parceria a que se refere este Capítulo poderá abranger, exemplificativamente, as seguintes ações:

I – Implementação de programas de capacitação profissional e desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais, como cursos de informática, atendimento ao público, empreendedorismo, entre outros;

II – Ações de acompanhamento psicossocial e orientação vocacional, individuais e em grupo, para auxiliar os jovens na identificação de talentos e na tomada de decisões sobre seu futuro profissional;

III – Encaminhamento para oportunidades de aprendizagem, estágio e emprego, em conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária aplicável;

IV – Atividades culturais, esportivas e de lazer, promovendo integração social e desenvolvimento integral dos jovens;

V – Ações de prevenção à violência e promoção da saúde, por meio de palestras, debates, campanhas e atividades educativas;

VI – Quaisquer outras atividades alinhadas aos objetivos do Programa e ao objeto social do Instituto Jovem Cidadão.

Capítulo III – Do Fomento, Repasses e Apoio do Município

Art. 6º Para a consecução dos objetivos desta parceria, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a realizar repasses financeiros diretos ao Instituto Jovem Cidadão, mediante emissão de nota fiscal ou recibo mensal em conformidade com o plano de trabalho aprovado e com a legislação aplicável.

Art. 7º Os repasses financeiros indiretos poderão ser realizados por meio de:

I – Termos de colaboração, termos de fomento ou outras modalidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC) e demais normas aplicáveis, observados os princípios da transparência, economicidade e eficiência;

II – Cessão de bens móveis ou imóveis, disponibilização de servidores públicos municipais, fornecimento de materiais, equipamentos e insumos, prestação de serviços de apoio administrativo ou técnico, mediante formalização dos instrumentos jurídicos adequados.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prestar apoio logístico, operacional e material ao Instituto Jovem Cidadão para a criação, instalação e manutenção de suas atividades no Município, incluindo, mas não se limitando a:

I – Fornecimento de lanches, refeições e alimentação para os jovens participantes dos programas;

II – Fornecimento de fardamentos, uniformes, calçados, equipamentos de proteção individual (EPI) e demais itens de vestuário necessários à identificação e à segurança dos jovens e servidores envolvidos;

III – Fornecimento de materiais didáticos, pedagógicos, de informática, de escritório e de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades;

IV – Cessão ou disponibilização de espaço físico, instalações, mobiliário e infraestrutura para o funcionamento da entidade;